

Autoridades têm direito a recusar convite para depor sobre suposta conta nas ilhas Cayman

MARIÂNGELA GALLUCCI

BRASÍLIA — O diretor da Polícia Federal (PF), Vicente Chelotti, disse ontem que vai pedir esclarecimentos ao presidente Fernando Henrique Cardoso sobre suposta existência nas Ilhas Cayman de uma sociedade entre ele, o ministro da Saúde, José Serra, o governador de São Paulo, Mário Covas, e o ex-ministro das Comunicações Sérgio Motta, morto em abril.

Os esclarecimentos deverão ser prestados por escrito e farão parte do inquérito policial aberto ontem pela PF para investigar o caso. Além do presidente, Chelotti disse que deverão ser ouvidos Serra, Covas, Paulo Maluf, Luiz Inácio Lula da Silva e todas as outras pessoas que teriam conhecimento sobre os supostos documentos, citadas em reportagens.

O presidente, ministros e parlamentares têm direito de não atender ao convite da PF para prestar esclarecimentos. Fora o presidente, que poderá responder por escrito às dúvidas da PF, as outras autoridades podem marcar dia, hora e local para depor. O diretor da PF disse que as investigações não têm prazo para terminar. Elas serão conduzidas pelo delegado Paulo de Tarso Teixeira, da Divisão de Crime Organizado e Inquéritos Especiais.

Chelotti também deve enviar um ofício ao chefe da Casa Militar da Presidência da República, general Alberto Cardoso, no qual requisitará mais papéis que eventualmente ainda existam sobre o caso. Os atuais papéis, em posse do diretor da PF, foram encaminhados por Cardoso.

O diretor da PF reconhece que o órgão poderá ter dificuldade nas investigações, pois o caso envolve um paraíso fiscal que não tem convênio de cooperação policial com o Brasil. Em caso de dificuldade para obter uma informação, a PF poderá se valer de um instituto jurídico chamado rogatória, que é uma correspondência entre juizes dos dois países envolvidos.

Nesse caso, o Judiciário das Ilhas Cayman faria as diligências pedidas pela polícia. Chelotti não descarta a possibilidade de enviar policiais federais para Cayman. Se for necessária uma cooperação dos Estados Unidos na investigação, a PF poderá acionar o FBI, segundo Chelotti.

O diretor da PF disse que uma eventual retirada de dinheiro da conta da suposta empresa não significa a não recuperação dos valores. "Nós podemos rastrear", disse. Chelotti informou que a PF localizou no Brasil Blair Alden, que atualmente é diretor da Harza-Hidrobrasileira. Procurado pela reportagem, Alden mandou informar por sua secretária que não daria entrevistas sobre o assunto.

Crime político — Caso a investigação da PF encontre provas de que os fatos descritos nos documentos são verdadeiros, o caso se tornará mais político do que policial, segundo Chelotti. Isso porque o crime político se sobrepõe ao de evasão de divisas, segundo o diretor da PF.

Uma eventual veracidade dos fatos será comunicada ao Congresso e ao Supremo Tribunal Federal (STF), corte competente para processar e julgar crimes envolvendo autoridades como o presidente. Com o encaminhamento para o Congresso, Chelotti disse que a PF não deixará o caso, pois terá de dar sustentação à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Se as investigações da PF concluírem que os fatos são inverídicos, Chelotti disse que o caso se torna eminentemente policial. Os responsáveis pela falsificação dos documentos e divulgação poderão ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional por difamação ao presidente da República com conotação para desestabilizar o governo. A pena para esses casos, segundo o diretor da PF, é de um a quatro anos.

Chelotti quer que o Ministério Público indique um membro para acompanhar as investigações. "Eu acho que é um inquérito importante e não podemos prescindir da presença do Ministério Público justamente para dar mais credibilidade e apoio à Polícia Federal como sempre tem ocorrido nesses casos importantes."